

**Pedidos do recorrente**

- Anulação da decisão impugnada,
- Condenação do recorrido nas despesas.

**Fundamentos e principais argumentos**

*Requerente da marca comunitária:* Vasileios Ginis

*Marca comunitária pedida:* Marca figurativa «Bylly's products» (pedido de registo n.º 4 215 273) para produtos da classe 3.

*Titular da marca ou sinal invocado no processo de oposição:* A recorrente.

*Marca ou sinal invocado no processo de oposição:* Marcas nominativas comunitárias «BYLY» (pedido de registo n.º 156 216), para produtos da classe 3, e «byly» (pedido de registo n.º 2 604 015), para produtos das classes 3 e 5 e serviços da classe 35.

*Decisão da Divisão de Oposição:* Indeferimento da oposição.

*Decisão da Câmara de Recurso:* Negação de provimento do recurso.

*Fundamentos invocados:* Interpretação incorrecta do artigo 8.º, n.º 1, alínea b) do Regulamento (CE) n.º 40/94, sobre a marca comunitária.

**Despacho do Tribunal de Primeira Instância de 19 de Novembro de 2008 — UPC France/Comissão**

(Processo T-367/05) <sup>(1)</sup>

(2009/C 19/68)

*Língua do processo:* francês

O presidente da Quarta Secção ordenou o cancelamento do processo no registo.

<sup>(1)</sup> JO C 315 de 10.12.2005.

**Despacho do Tribunal de Primeira Instância de 25 de Novembro de 2008 — Comissão/Northumbrian Water**

(Processo T-334/06) <sup>(1)</sup>

(2009/C 19/69)

*Língua do processo:* inglês

O presidente da Quarta Secção ordenou o cancelamento do processo no registo.

<sup>(1)</sup> JO C 326 de 30.12.2006.

**Despacho do Tribunal de Primeira Instância de 27 de Novembro de 2008 — Kuiburi Fruit Canning/Conselho**

(Processo T-330/07) <sup>(1)</sup>

(2009/C 19/70)

*Língua do processo:* inglês

O presidente da Primeira Secção ordenou o cancelamento do processo no registo.

<sup>(1)</sup> JO C 269 de 10.11.2007.

**Despacho do Tribunal de Primeira Instância de 27 de Novembro de 2008 — Dow AgroSciences e o./Comissão**

(Processo T-367/07) <sup>(1)</sup>

(2009/C 19/71)

*Língua do processo:* inglês

O presidente da Segunda Secção ordenou o cancelamento do processo no registo.

<sup>(1)</sup> JO C 283 de 24.11.2007.